



# **CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM**

## **PODER LEGISLATIVO**

**CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO**

**PROJETO DE LEI Nº 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2026.**

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM  
RECEBIDO EM 05/01/2026

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos cargos de provimento efetivo da Câmara Municipal de Belo Jardim, e extingue cargos vacantes da estrutura administrativa, alterando o Anexo I da Lei Municipal nº 2.245/2015, revoga a Lei Municipal nº 3.644/2025, e dá outras providências.

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM,** ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos artigos 13, inciso XI, e 14, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 133, incisos I e II, do Regimento Interno, submete à apreciação do Plenário o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** Fica concedido reajuste geral de vencimentos, no percentual de 6,8% (seis vírgula oito por cento), aos servidores ocupantes de cargos efetivos do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Belo Jardim, incidente sobre os vencimentos básicos vigentes.

§ 1º Em razão do reajuste operacionalizado, modifica-se o Anexo I da Lei Municipal nº 2.245, de 03 de junho de 2015, que passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.

§ 2º As readequações dos vencimentos básicos dos servidores efetivos da edilidade, na forma operacionalizada neste Lei, têm a natureza jurídica de reajuste remuneratório, não se confundindo com a revisão geral anual prevista no art. 1º, §2º, da Lei Municipal nº 3.243/2018.

**Art. 2º** Dado os reflexos financeiros e as repercussões percentuais de cunho fiscal inerentes à executoriedade dos reajustes efetivados por esta Lei, a revisão geral anual prevista no §2º do art. 1º da Lei Municipal nº 3.243/2018, para o exercício 2026, dar-se-á exclusivamente sobre os cargos efetivos em que após a apuração do valor devido com a revisão geral pela variação acumulada do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE, a ser apurada em abril de 2026, levando em conta a realidade vencimental do exercício 2025, constatar-se que àquela resulta em valor superior ao consignado no reajuste real detalhado no Anexo I desta Lei.

**Parágrafo único.** Na hipótese de constatação de diferença financeira positiva entre os valores ora fixados por reajuste e àqueles que serão apurados para fins da revisão geral de que trata a Lei Municipal nº 3.243/2018, o servidor fará jus ao recebimento do saldo da diferença apurada que incorporar-se-á aos seus vencimentos básicos a partir do mês de maio,



# **CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM**

## **PODER LEGISLATIVO**

### **CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO**

ressalvada a hipótese de constatação de qualquer das exceções prescritas no §3º do artigo 1º da retromencionada Lei.

**Art. 3º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

**Art. 4º** Ficam extintos, da estrutura do quadro de pessoal efetivo da Câmara Municipal de Belo Jardim, os seguintes cargos vacantes, anteriormente previstos na Lei Municipal nº 2.245/2015, por não mais integrarem a estrutura organizacional reordenada:

**I** – Motorista, com 02 (dois) cargos;

**II** – Auxiliar de Serviços Gerais, com 01 (um) cargo;

**III** – Agente Administrativo, com 01 (um) cargo;

**Parágrafo único.** A extinção dos cargos de que trata este artigo integra o processo de reorganização administrativa e redimensionamento da estrutura funcional do Poder Legislativo Municipal, passando o ANEXO I da Lei Municipal nº 2.245/2015 vigorar nos termos do ANEXO I desta lei.

**Art. 5º** Revoga-se às disposições da Lei Municipal nº 3.644, de 15 de janeiro de 2025.

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros e legais ao dia 1º de janeiro de 2026.

Belo Jardim (PE), 02 de janeiro de 2026.

---

**JONAS CHAGAS TORRES**

Presidente

---

**CLAUDEMIR PAULINO DA SILVA**

1º Secretário

---

**JOSÉ NILTON DA SILVA SENHORINHO**

2º Secretário





**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO**

Anexo I – Lei 2.245/2015, com redação dada pelo Projeto de Lei nº 001, de 02 de janeiro de 2026.

Código	Cargo	Vagas	Vencimento Básico	Carga Horária Semanal	Nível de Escolaridade
VL	Vigilante	02	R\$ 1.735,38	30h	Ensino Fundamental Completo
ASG	Auxiliar de Serviços Gerais	02	R\$ 1.735,38	30h	Ensino Fundamental Completo
TE	Telefonista	01	R\$ 1.735,38	30h	Ensino Fundamental Completo
AA	Agente Administrativo	02	R\$ 2.385,17	30h	Ensino Médio Completo
AP	Assistente de Plenário	01	R\$ 2.385,17	30h	Ensino Médio Completo
TFF	Técnico em Filmagem e Fotografia	01	R\$ 2.385,17	30h	Ensino Médio Completo
PJ	Procurador Jurídico	01	R\$ 5.111,08	20h	Ensino Superior Completo em Direito, com registro na OAB, com exercício de 03 (três) de atividade jurídica.
CI	Controlador Interno	02	R\$ 5.111,08	30h	Ensino Superior concluído, com registro no respectivo Conselho, em uma das seguintes áreas: Ciências Contábeis, Economia, Administração ou Direito.

TOTAL DE CARGOS	TOTAL DE VAGAS
12	12



# **CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM**

## **PODER LEGISLATIVO**

**CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO**

### **JUSTIFICATIVA**

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Submetemos à apreciação deste ilibado Plenário o Projeto de Lei nº 001/2026, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos cargos de provimento efetivo da Câmara Municipal de Belo Jardim, e extingue cargos vacantes da estrutura administrativa, alterando o Anexo I da Lei Municipal nº 2.245/2015, revoga a Lei Municipal nº 3.644/2025, e revoga legislação municipal superveniente, com efeitos financeiros e estruturais a retroativos a 1º de janeiro de 2026.

A presente proposição decorre de avaliação técnico-administrativa acerca da evolução da realidade vencimental dos servidores efetivos do Poder Legislativo Municipal, evidenciando a necessidade de recomposição do valor real dos vencimentos básicos, como medida de preservação do poder aquisitivo frente à inflação acumulada no período, sem que isso represente aumento desarrazoado de despesa ou comprometimento do equilíbrio fiscal da edilidade.

O reajuste ora proposto, no percentual de 6,8% (seis vírgula oito por cento), incide de forma linear sobre os vencimentos básicos dos cargos efetivos, sem alteração da estrutura do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, não havendo criação de cargos, modificação de classes, níveis ou referências. Trata-se, portanto, de reajuste remuneratório em sentido estrito, e não de reestruturação de carreira.

O índice adotado corresponde ao percentual de reajuste do salário mínimo nacional para o exercício de 2026, resultante de política pública federal que combina a reposição inflacionária medida pelo INPC com o crescimento real da economia brasileira, observados os limites do regime fiscal vigente. A adoção desse parâmetro confere objetividade, transparência e razoabilidade ao reajuste, assegurando a preservação do poder de compra e a isonomia interna.

O projeto esclarece, de forma expressa, que o reajuste concedido não se confunde com a revisão geral anual prevista na Lei Municipal nº 3.243/2018, disciplinando, de maneira técnica e prudente, a forma de compatibilização entre ambos, de modo a evitar sobreposição indevida de vantagens e resguardar tanto o interesse público quanto os direitos dos servidores.

Ressalte-se, por fim, que as despesas decorrentes da execução desta Lei encontram-se compatibilizadas com as dotações orçamentárias do Poder Legislativo, não implicando extrapolação dos limites legais de despesa com pessoal.

RUA AMÉLIA SOARES PAES, S/N - BELO JARDIM - PE  
FONE: (81) 3726 1991 / 2614 – E-MAIL: CMBELOJARDIM@YAHOO.COM.BR  
CNPJ 11.470.457/0001-86 - CEP 55157-300





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM**

### **PODER LEGISLATIVO**

#### **CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO**

Lado outro, considerando a necessidade de reorganização administrativa, com vistas a realização de novo concurso público no âmbito da edilidade, faz-se necessário a extinção de cargos vacantes na estrutura de pessoal do órgão, situação que facilitará o dimensionamento das necessidades atuais da edilidade, guardando consonância com a Resolução TC nº 296, de 29 de outubro de 2025 – TCE/PE.

Ante todo o exposto, evidencia-se que a proposta legislativa visa também reconhecer os méritos do funcionalismo efetivo, demonstrando o reconhecimento pela dedicação e pelos serviços prestados, e com isso fomentando a potencialização da produtividade e da qualidade dos serviços na medida em que oferta um ambiente de trabalho de reconhecimento e incentivo.

Neste sentido, diante da plausibilidade e legalidade das alterações ora propostas, após apreciação e discussão parlamentar, aguardamos aprovação pela unanimidade dos nobres pares.

---

**JONAS CHAGAS TORRES**

Presidente

---

**CLAUDEMIR PAULINO DA SILVA**

1º Secretário

---

**JOSÉ NILTON DA SILVA SENHORINHO**

2º Secretário